

“Jacques Maritain e a Educação”**Maria Luiza Marcilio**

Jacques Maritain (1822-1973), apoiando-se na tradição tomista, desenvolveu reflexões próprias, originais, sobre a educação de seu tempo, em grande parte válida para a educação básica do Brasil de hoje.

O diagnóstico que fez do mundo moderno admite ser perfeitamente possível um novo humanismo o “humanismo integral”, dando ao homem todas suas dimensões e forças criativas fundadas na transcendência divina. Propõe um novo humanismo que trabalha por uma vida para todos e pelo bem comum das pessoas. Para Maritain a primeira forma de servir o bem comum temporal é manter-se fiel aos valores da verdade, da justiça e do amor seus principais elementos. Ele alimenta o germe e o ideal de uma nova civilização - a que somos chamados a realizar - de acordo com as possibilidades de cada um. O apelo de Maritain, de inspiração evangélica, é endereçado fundamentalmente e diretamente aos leigos e não à estrutura eclesial. Uma Era totalmente nova, para Maritain, supõe um trabalho por etapas sucessivas. É preciso criar um “ideal histórico” concreto, entendido como coisa a ser feita constantemente. Esse ideal concerne uma civilização nova.

Exilado da França durante a ocupação alemã, Maritain se refugia na América do Norte onde conhece de perto um mundo diferente da Europa. Ele pressente então, uma afinidade entre cristianismo e democracia, e que esta surgiu na história como uma manifestação temporal de inspiração evangélica. Maritain admite a partir de então que o testemunho de uma inspiração evangélica passa pelo jogo da democracia.

Com essa descoberta Maritain passa a analisar a essência da democracia, onde todo direito de governar é do povo. Para tanto o povo deve estar desperto para seus poderes e suas responsabilidades. É por isso que Maritain deu tanta importância às questões de educação, pois os homens devem se tornar capazes de ouvir a voz da razão, devem se formar desde cedo nos valores sociais e não unicamente na informação e na formação científicas. A educação deve repousar em valores, onde a fraternidade é o valor essencial.

Sua proposta é de uma educação pluralista que não nega nem a religião, nem a razão, nem a inteligência científica, nem a ampla diversidade de concepções do mundo, e que fale o credo da liberdade e inclua os Direitos Humanos.

A fala que propomos aqui esta fundada no livro de Maritain de 1959: “Para uma filosofia da Educação”, uma incorporação de seus textos que fez sobre a educação e sobre as quatro conferências que pronunciou na Universidade de Yale, em 1943, publicadas então sob o título “A Educação na Encruzilhada”. Não há tradução para o português.

Para se ter uma visão preliminar sobre a educação cristã, penso ser útil uma introdução Histórica dessa educação cristã e aqui limitada ao Ocidente cristão. Assim, nossa fala estará proposta em dois momentos: a História da Educação cristã ocidental e até hoje, chegando ao Brasil (em grandes traços); para em seguida, expor, em seus pontos principais, o pensamento de Jacques Maritain sobre a educação.

Primeira Parte - A Educação cristã ocidental através da História

A preocupação com a alfabetização e a instrução das crianças esteve presente em toda a história do cristianismo. Desde seus inícios e por muitos séculos Igreja dirigiu o ensino em seus diversos graus.

Nos primórdios do cristianismo já havia catequese de crianças e adultos sob a forma de Catecismo, abrangendo a Doutrina, os Mandamentos, as Orações, as Virtudes Teológicas, os Sacramentos, a Liturgia. A **Didaqué** (século I) pode ser considerada o primeiro catecismo dos primeiros cristãos, e que ensinava as primeiras comunidades que o caminho a seguir é o caminho da vida. Para conhecer esse livrinho era preciso que os membros da comunidade soubessem pelo menos ler. A alfabetização era ensinada concomitantemente ao ensino religioso.

No século IV, São Cirilo de Jerusalém e Santo Ambrosio de Milão escreveram, cada um, formas de catequese para instruir os catecúmenos e estes eram introduzidos nos elementos básicos da leitura. Essa tradição segue com **Sto Agostinho**.

A invasão do Império Romano pelos invasores bárbaros desorganizou as primeiras comunidades cristãs e suas experiências de ensino de ler e escrever.

Com a queda do Império Romano e o conseqüente desaparecimento das cidades, a Igreja tratou de cristianizar os campos. É sobre os mosteiros, (que se multiplicam a partir do século V no Ocidente), que esta segunda geração de escolas se divulga. Surgem por toda a Europa feudal **escolas monásticas, “claustrais” ou abaciais**, nas quais eram ensinados a escrita e a leitura, um pouco da gramática e da lógica, princípios de versificação, canto litúrgico e sobretudo a copia dos textos sagrados e um pouco de astronomia necessária para a determinação das festas móveis.

No final do século VIII, no Reinado franco, ligado ao Papado, o uso da língua vulgar começou a ser recomendado para a catequese e a pregação do povo, todo ele analfabeto, pois os leigos não entendiam o latim. Para compreender a escrita e as Escrituras eram necessárias escolas. Na época carolíngia, elas foram fundamentalmente de dois tipos: **escolas catedrais e escolas monásticas**, para formar o clero e os monges, respectivamente. Segundo as resoluções de então, na formação do clero dever-se-ia garantir que cada padre conhecesse pelo menos o Credo e o Pai Nosso, o cânone da missa, o livro dos Salmos e as fórmulas de maior uso (batismais, de benção ou de exorcismo).

Os monges precisavam ser capazes de dar conta corretamente da oração e da leitura cotidiana dos Salmos, prescrita na Regra de São Bento. Os Salmos constituíam os textos-base para a alfabetização de monges e monjas (bem como de leigos, homens e mulheres). Os salmos eram estudados primeiro, sílaba por sílaba, depois palavra por palavra até que cada palavra fosse gravada na memória; então se passava a unir mentalmente comentários em relação a cada seção textual. Queremos sublinhar aqui e para bem entender as críticas e propostas para o ensino na França, feitas por Jacques Maritain, que o método de alfabetização, alfabético- silábico é muito antigo e universal e sempre foi bem sucedido para alfabetizar crianças e adultos.

A leitura se fazia, então, nos salmos; os pequenos deveriam memorizá-los. Durante toda a Idade Média, o Salmonario foi o único livro de leitura elementar a que tiveram acesso os escolares.

Com o aumento da população, os mosteiros não davam mais conta de atender a todos que os procuravam. Criaram-se as **escolas paroquiais** ou **presbiteriais**, que funcionavam aos domingos, depois da missa, para os jovens aprenderem a ler e escrever com base nos salmos e na leitura dos livros sagrados.

Carlos Magno, imperador dos francos, no século VIII, cria as escolas de leitura, com o ensino dos salmos, das notas musicais, dos cantos e da gramática latina ensinadas em todos mosteiros e bispados e se preocupa com a formação dos mestres de escolas e cria a **Escola do Palácio, ou escola palatina** como modelo, e que recebia os filhos dos servos e dos senhores.

Daí para frente o mestre escola recebe crianças em geral, ricas e pobres em cada **escola catedral ou escola episcopal** que depende de seu bispo e prosperam a partir do século XI.

O concílio de Latrão, de 1179, tornou obrigatória a escola nas paróquias, dioceses, mosteiros e as capitulares (nas catedrais), o que não quer dizer que na prática tivesse escolas em todas paróquias.

Com os infortúnios do século XIV, da Guerra dos Cem Anos e da Peste Negra, tudo se desorganiza novamente.

No século XVI, a escola primária voltou a crescer e é ainda a Igreja, com a difusão do papel e da imprensa recém criada, que toma a iniciativa desse renascimento. Reforma protestante e Contra Reforma católica se opõem e o Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563) obriga os padres a abrir suas portas para as escolas gratuitas para instruir as crianças pobres, para ensinar a doutrina verdadeira. Cabe aos bispos abrir em suas paroquiais as **escolas paroquiais**, cada uma com seu mestre escola, que além das primeiras letras deveria ensinar o catecismo cristão e os valores cristãos.

A reforma protestante provocou de seu lado, um florescimento das escolas o que determinou a reação da Igreja Católica que criou várias

congregações católicas ligadas ao ensino, não apenas para meninos. A criação da **Companhia de Jesus**, por Ignacio de Loyola, tomou grande força com sua **Ratio Studiorum** e os **Colégios jesuítas**.

O processo de expansão da escola para mais amplas camadas sociais de crianças, começava lentamente com o século XVI.

São João Batista de La Salle criou na França as **Pequenas Escolas Cristãs**, no século XVII, que se consagram inteiramente ao ensino das crianças pobres de forma cotidiana, escolas gratuitas, e nelas aboliu o latim porque, dizia, os pobres não têm necessidade desse tipo de ensino que é mais destinado aos filhos da aristocracia. Escreveu um importante manual escolar “Conduta das escolas cristãs” que se tornou a suma educacional. Introduziu a **Escola Normal**, para a preparação do mestre escola. Os Irmãos atuaram até a Revolução Francesa quando foram destituídos pelos revolucionários.

Até o século XVII, a “escola de massa”, ou “escola popular” não existia em nenhuma parte. Emergiu nos Estados germânicos, notadamente na Prússia e na Áustria. O exemplo prussiano protestante, de difusão de escola primária e do caráter moral do ensino, da valorização do professor, do treinamento profissional do mestre em escolas normais, e da criação das escolas primárias superiores, serviu de modelo universal. Permanecia nessas escolas **o ensino cristão e dos valores sociais**. O exemplo das escolas cristãs foi assumido pela França e serviu de base para a reforma do ensino de Guizot, de 1833, amplamente difundida.

O processo de desenvolvimento da escola, buscando atingir as camadas populares, ganhou intensidade no século XIX, particularmente depois da sua segunda metade. Com esse processo desenvolvia de forma acelerada o ensino laico, com a exclusão do ensino religioso das escolas públicas que cresciam. A Revolução Industrial estava vitoriosa em alguns países da Europa, e junto a ela progredia celeremente o processo de laicização das escolas elementares.

No século XIX gradativamente a alfabetização na Europa Ocidental passou para a escola pública; ainda com o apoio da Igreja.

Fator decisivo para a expansão da alfabetização entre as classes populares foi o processo histórico de democratização das nações ocidentais que se acelerou particularmente após os anos de 1870, na Europa. Na França de 1896, 93,5% das crianças, meninos e meninas, de 5 a 15 anos já estavam na escola; antes dela a Alemanha já havia colocado todas suas crianças na escola e era o país de menor número de analfabetos do mundo.

No **Brasil**, em 2007, o Indicador de Alfabetismo Funcional revelou que de 2001 a 2007, o índice de pessoas analfabetas funcionais, aquelas que sabem juntar as letras e palavras, mas não conseguem entender o que estão lendo, foi de 72% da população brasileira!

Mudar a realidade do analfabetismo no Brasil, que sempre incomodou e envergonhou as autoridades brasileiras constituídas e em todas as épocas, pareceu a todos os governantes, de todas as épocas e desde o século XIX como nação independente, apenas uma questão de reforma da lei. É uma realidade educacional movida a decretos e reformas, sem atender à realidade e sempre sem preparar convenientemente os agentes educacionais para as mudanças decretadas

Nas primeiras décadas do século XX prezavam-se os valores e a preparação do futuro cidadão. Por exemplo, a Caligrafia ou arte da escrita bela, com a revolução do ensino iniciada em São Paulo, que se difundiu para toda a República, tornou-se um dos pontos centrais do ensino da escrita. Através da boa letra a criança ia desenvolvendo valores, hábitos, disciplina e sentimentos positivos de grande importância para sua vida. A boa escrita era um imperativo para formar o senso estético da criança, e para desenvolver hábitos de ordem, de asseio e disciplina mentais, tão valiosos para a formação de seu caráter e para sua vida adulta. Os educadores dessa fase estavam preocupados, para além do ensino da técnica de ler, escrever e de contar, com a formação do bom cidadão, imbuídos dos sentimentos de deveres, da consciência de responsabilidade, de disciplina, de respeito ao outro, de amor ao trabalho, de obediência às normas da sociedade, de negação aos atos de violência. Dentro desses padrões e valores buscava-se a melhor forma de preparação do futuro bom cidadão, “útil a si e à sociedade”, na fórmula muito disseminada na época.

Na década de 1920 houve um movimento na Europa e nos Estados Unidos para a reforma da educação. A escola passou a ser considerada como meio de construção social, política e cultural. Nos Estados Unidos, a nova forma de ver o papel da escola, foi conhecida como “progressive education”, e na Europa como “the new school” ou “escola ativa”, ou “escola nova”.¹ Esse novo comportamento em relação à educação de base chegou ao Brasil com o título de **Escola Nova**.

Anos depois, em meados dos anos de 1980, a pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita, fundamentada em Jean Piaget e particularmente na argentina Emilio Ferreira chegou ao Brasil e causou grande impacto entre autoridades de ensino e alguns professores universitários, revolucionando o ensino da língua nas series iniciais

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, e no ano seguinte com a edição dos Parâmetros Curriculares (PC) da Língua portuguesa do ensino fundamental, os professores alfabetizadores e do ensino de primeiro grau foram levados a aplicar métodos e sistemas de ensino, impostos de cima para baixo, ao mesmo tempo em que provocou uma revisão no tratamento dado ao ensino. Essa orientação, que aqui recebeu o nome de “construtivismo”, desorganizou toda a prática de aprendizagem do código alfabético e de toda a alfabetização, especialmente nas escolas públicas e é, a meu ver, a grande responsável pelos mais de 70% dos alfabetos funcionais brasileiros de hoje

No novo sistema construtivista, implantado no Brasil, cada aluno deve aprender sozinho, deve construir seu próprio vocabulário, aprender a ler, escrever e contar gradualmente. O professor, nestas condições, tornou-se um mero espectador do progresso de cada aluno, mas não recebeu instruções de como proceder, nem nas Faculdades de Educação, nem do MEC e assim, fica sem saber quando e como interferir. Sua autoridade fica diminuída. Na sala de aula reina a indisciplina e a bagunça.

Países altamente desenvolvidos como a França e a Inglaterra e antes deles os Estados Unidos passaram por movimentos similares. Constatado que o fracasso da alfabetização devia-se mais ao radical sistema adotado da aplicação dos ensinamentos da neurolinguística e da psicologia da

¹ HAVIGHURST-MOREIRA, 1969,p. 86

aprendizagem, sem abandonar esses ensinamentos, voltaram ao milenar sistema fonético de ensino da aprendizagem do código alfabético. Depois de constatados os equívocos que ocorriam na alfabetização das crianças, não tiveram vergonha em corrigir os desvios.

Nos anos de 1940-50 preponderava na França em seu ensino elementar os padrões propostos pela neurolinguística e a psicogênese. Deles provem as críticas e os ensinamentos de Maritain, sobre o ensino elementar na França de então. Por essa razão julgamos que seria bom começarmos com a visão histórica sucinta da evolução do ensino da leitura e escrita e dos valores sociais e de justiça que, pela Igreja, eram associados ao ensino.

Segunda Parte- Jacques Maritain e a Educação

Numa crítica profética ao sistema de ensino francês do curso elementar de sua época, Jacques Maritain condena seus métodos e mostra a crise de civilização como resultante da ausência dos valores sociais e da justiça comum, nas escolas. Falava sobre a França dos anos 1940-50, quando a psicogênese fazia sucesso na educação de seu País. Dizia Maritain: “É uma prova para a educação de ter que perseguir sua tarefa numa crise de civilização como a que atravessamos e no seio de uma cultura e de uma *intelligentsia* em pleno desvio do espiritual. O sistema educativo dos países democráticos necessita de uma profunda renovação. O grande inimigo que a ameaça é a corrente que empolga tantos espíritos, as ilusões tecnocráticas. Nada será mais funesto do que uma educação que visaria, não a tornar o homem mais verdadeiramente humano, mas de fazer dele um órgão inteiramente condicionado e perfeitamente ajustado a uma sociedade tecnocrática”²

A criança analisa Maritain, “é o agente principal da educação; daí ser a criança a base mesma da obra da educação. Toda ação educativa deve ser cultivada com cuidado para garantir a transmissão dos valores do amor, do bem comum, da justiça e do sentido da solidariedade e da cooperação. Plástica e sugestível, a liberdade da criança será lesada ou desperdiçada se não for ajudada e guiada. Deixar à responsabilidade da criança adquirir sozinha as informações que ainda ignora, educação que se contentaria em contemplar o desabrochar dos instintos da criança e que faria do mestre um assistente dócil e supérfluo, será simplesmente o fracasso da educação e da responsabilidade dos adultos para com a juventude. O direito da criança de ser educada requer que o educador tenha sobre ela uma autoridade moral e

² Maritain, Jacques. Les fins de l'éducation. In MARITAIN, Jacques et Raissa. In Oeuvres Complètes, Vol 2, Fribourg, 1988, p. 890

que esta autoridade nada mais é que o dever do adulto para com a liberdade da criança.(p.806)

A criança tem necessidade de disciplina e de um ensino positivo. O professor sendo o agente principal da educação deve encorajar a criança a ser favorecida a ter disposições fundamentais de crescer na vida do espírito. É uma tarefa do professor liberar as boas energias e secundariamente reprimir as más com rigor. Note-se que na escola construtivista do Brasil não há disciplina na sala de aula e o professor é um mero “assistente dócil” e perde assim, sua autoridade favorecendo a violência e a bagunça.

O professor, ensina Maritain, deve centrar sua atenção para as profundezas interiores da personalidade e ao dinamismo espiritual pré consciente de cada criança- preocupar-se antes de tudo com seu interior, com o seu dentro. Para isso, nem as mais ricas facilidades materiais, nem o melhor equipamento ou o melhor método, a melhor informação e educação são o que é o mais importante. O mais importante —insiste Maritain —é o despertar das fontes interiores e da criatividade. Para isso, não há truques pedagógicos ou receitas prontas, apenas a atenção pessoal para a floração do interior.

É bom lembrar que hoje praticamente todo sistema de repressão foi eliminado, condenado. A tarefa do mestre é ensinada por Maritain como sendo antes de tudo uma tarefa de libertação. “Libertar as boas energias é a melhor forma de reprimir as más, embora a repressão seja necessária também, mas somente como meio secundário. A repressão só é útil na condição de que a repressão das más tendências esteja sempre ligada ao trabalho essencial da família e do professor que é de esclarecer e de encorajar. Mas, o encorajamento é tão fundamentalmente necessário, quanto a humilhação é perniciosa. A arte verdadeira é de tornar a criança atenta a seus próprios recursos e às suas próprias capacidades de tornar seu ato belo e bem feito.

Maritain mostra quais são os fins da educação. O principal, diz ele, é ajudar o desenvolvimento dinâmico pelo qual o homem se forma para se tornar um Homem, ou seja, a educação prepara, guia a criança e o adolescente a se instruírem e por toda sua vida.

A educação é uma arte e uma arte particularmente difícil e quem ensina é um artista. Por sua natureza a educação pertence ao domínio da moral e da sabedoria pratica. Ao criticar a situação do ensino na França de seu tempo, Maritain profeticamente denuncia a situação do ensino no Brasil onde os métodos superam os fins: o MEC determina a prevalência dos métodos

construtivistas na condução da alfabetização e no curso elementar, nos PCCs. Os fins da educação ai nem são lembrados.

Para Maritain a educação por seus fins deve incluir a idéia do homem integral que para ser completa e solidamente fundamentada deve ser baseada na idéia cristã do homem; assim, não deve incorporar somente as ciências humanas e as ciências físicas e exatas. O homem possui corpo e alma; por isso o educador tem o dever de respeitar a alma, tanto como o corpo da criança.

A pedagogia moderna fez progressos inestimáveis ao insistir sobre a necessidade de auxiliar cuidadosamente e de não perder de vista o ser humano. O erro está quando, se esquece o objetivo do ensino, quando o culto aos meios prepondera sobre os fins.

A educação do homem deve ter a preocupação do grupo social e de preparar a criança a ter nele seu papel. O objetivo essencial da educação é de formar o homem a levar uma vida útil e devotada à comunidade, ou seja, guiar o desenvolvimento da pessoa humana para a esfera social, despertando e afirmando o sentido de sua liberdade, da solidariedade, de seus deveres e de sua responsabilidade.

A essência da educação consiste em fazer o futuro cidadão em Homem e para isso, o que importa antes de tudo é o seu interior, a fonte viva da consciência pessoal onde nasce a fé, o idealismo e a generosidade, o sentido da lei, o sentido da amizade, o respeito ao outro.

O ensino da moral, em suas bases intelectuais deveria ocupar grande lugar nos programas da escola e da universidade, mas não ser ensinada em curso ou escola à parte, especializados em moral. A sabedoria se adquire pela experiência espiritual – o amor é a alma da vida moral.

Maritain preocupou-se com a prática de seus pensamentos. Dentre outras prescrições mostra ser o universo da criança o da imaginação que evolui progressivamente para a vida racional. O conhecimento que se deve dar à criança começa pela lenda, as fábulas, pela história dos contos –do “era uma vez”- que oferece uma tomada imaginativa das coisas e dos valores do mundo.

A qualidade do modo e do estilo do ensino é de longe da maior importância, mais do que a quantidade de coisas ensinadas. É melhor se esforçar em penetrar o mais profundamente nas grandes conquistas do espírito humano, mais do que buscar a erudição e a memorização atomizada. Introduzir a especialização no ensino elementar é uma

violência. O jovem escolhera sozinho sua especialização no seu momento certo e nela procurara progredir.

A obra da reeducação moral é de fato uma necessidade pública- a criança precisa de uma formação interior.

Os professores, para enfrentar a indisciplina e a violência, precisam ter sua autoridade moral reconhecida, restabelecida, ter uma atitude firme e durável. O mundo tem necessidade de uma renovação do poder moral e da razão, acentuando-se a ética na vida política e na civilização. O que contribuiu para isso é o AMOR, e seu maior obstáculo é o egoísmo.

Para fazer face à crise de sentido por que passa a humanidade, ensina Maritain, os sistemas educativos dos países democráticos têm necessidade de uma profunda renovação. Um de seus obstáculos são as ilusões tecnocratas. “Não é o caso de negar ou de minimizar a imensa necessidade de tecnologia; deve-se aceitá-la. O problema é não transformá-las em suprema sabedoria e em regra da vida humana; não mudar os meios em fins. O que se invoca são os valores espirituais de liberdade, justiça, personalidade, dignidade do homem. A adoração monstruosa do Leviatã totalitário é o prefácio do totalitarismo, quando se desconhece a dignidade espiritual do homem.

Na atual crise de sentido só haverá um élan construtivo, se o cristianismo se livrar dos interesses parasitários e das ambições das classes dirigentes que estão moralmente fracassadas e se a democracia se livrar de todo medo cego e mesquinho dos valores evangélicos, ou seja, da igualdade, da liberdade, da fraternidade e da justiça social. O espírito cristão deve se tornar o pensamento vivificante das fontes espirituais autênticas. O que é requisitado do adulto na tarefa educativa é o AMOR, seguido da Autoridade do Professor (intelectual e moral).

A escola deve ensinar a carta democrática, base da vida comum, com seus dados de base: dignidade da pessoa humana, direitos humanos, igualdade humana, liberdade, justiça, respeito às leis. A educação é o meio primordial de ajudar no estabelecimento de uma convicção comum na carta democrática. É na vida da escola e da universidade que os germes dos hábitos e virtudes da liberdade e da responsabilidade devem ser desenvolvidos na prática.

Todos tem direito de receber uma educação orientada para a sabedoria visando desenvolver os espíritos e a capacidade de pensar com retidão e o gozo da verdade e da beleza. Essa educação olha para o estudante como

futuro cidadão com julgamentos corretos e independentes sobre a vida pública.

É absurdo começar a ruptura da religião na infância e nos sistemas educativos, separar o ensino religioso, do ensino da própria escola. Assim fazendo, o ensino religioso risca de aparecer como algo supérfluo ou ligado ao sentimentalismo religioso. É direito da criança e do adolescente ser equipado pela escola com o conhecimento religioso, não apenas limitado ao campo moral. A relação com Deus tem para a fé religiosa uma importância mais alta que a regulação das ações humanas. O ensino da teologia na universidade não tem por objetivo formar um padre, um ministro, um rabino, mas esclarecer os estudantes nos diversos modos do saber.

O cristianismo sublinha o fato de que o homem é carne e espírito; que a natureza humana é boa em si, mas foi enfraquecida e ferida pelo pecado original. Daí ter necessidade de disciplina forte. Sabe a fé cristã que a graça importa mais do que o pecado original, pois a graça eleva a natureza e leva o homem a participar da vida divina. A educação cristã deve procurar repousar toda obra nas energias vitais da graça e nas três virtudes teológicas da fé, da esperança e da caridade.

A educação cristã não visa fazer um homem perfeito, um atleta, um herói, um imbatível nas competições esportivas ou intelectuais. A educação cristã não separa o amor divino, do amor fraterno. É preciso construir valores e formar consciência crítica.

Tudo isso começa na infância, e é um processo que dura a vida inteira.

A noção de “educação para todos” elaborada pela ONU e disseminada a todos os países, já dizia Maritain, é fruto tardio de um princípio cristão e estreitamente ligado à idéia cristã da dignidade espiritual do homem e da igualdade fundamental de todos perante Deus(p. 958).